

Ulysses vai propor votação em bloco dos pontos consensuais

Josemar Gonçalves

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, parece ter encontrado uma fórmula para acelerar a votação do projeto de Constituição. Ele pretende, através de um acordo de lideranças, que sejam votados em bloco todos os pontos consensuais. Esse "pacote do entendimento" seria elaborado após uma consulta minuciosa às emendas que serão apresentadas até quarta-feira, para que se possa ter um diagnóstico preciso dos pontos do atual projeto que poderão ser mantidos.

"Eu estou estudando a possibilidade de fazermos um 'bolo' da Constituinte, reunindo num só bloco todos os artigos que não tenham sido objeto de destaque", explicou Ulysses.

Segundo o deputado, sua proposta divide a Constituinte em dois grandes conjuntos. O primeiro, com matérias onde não existe nenhuma discordância e o segundo, com os artigos que sofreram emendas e que serão destacados para votação em separado.

O maior empecilho que o presidente da Constituinte terá para o êxito de sua proposta é o Regimento Interno, que impede qualquer alteração da ordem das votações. Mas Ulysses confia nas lideranças partidárias e nos líderes informais dos diversos grupos que se formaram ao longo do processo constituinte para formalizar um acordo que garanta a agilidade nas votações. Ele chegou a fazer um elogio formal à deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), uma das coordenadoras do "Grupo dos 32": "Eu me contratulo com a deputada Sandra Cavalcanti, que vem fazendo um trabalho neste sentido".

Ulysses acredita que "abreviar a promulgação da Constituinte é hoje interesse de todos", porque a assembleia está diretamente ligada ao processo de transição. Nesse sentido, o deputado apoia integralmente o que os Históricos do PMDB pregaram na reunião do último sábado: o lema "Constituinte-já".

Grupos reduzem os itens de consenso

À medida que avançam as conversas, os pontos de consenso entre os grupos suprapartidários da Constituinte vão diminuindo, tomando uma forma mais realista em função dos conflitos de interesses. Há algumas semanas, quando começaram as negociações entre os Grupos dos 32, Entendimento e "Centrão", acreditava-se que 90% das propostas poderiam coincidir e facilitar a votação no plenário, agora, já se vê que os dispositivos que os três grupos podem votar favoravelmente chegam a 60 ou no máximo 70%.

No Grupo dos 32, o senador José Richa (PMDB-PR) avalia que em até 70% das propostas poderá haver uma votação em bloco no plenário da Constituinte. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e o senador Virgílio Távora (PDS-CE) estão fazendo um estudo comparativo entre os projetos dos 32 e o do "Centrão", que serão apresentados através de emendas substitutivas aos títulos do projeto da Sistematização, para buscarem um consenso entre as propostas dos dois grupos.

Consenso

A deputada Sandra Cavalcanti diz que por enquanto, nos pontos considerados polêmicos no projeto aprovado na Comissão de Sistematização, só há consenso em relação a licença a gestante por 120 dias e jornada de 44 horas semanais, como média mensal. O restante ainda está sendo objeto de negociação.

O senador José Richa está otimista. Acredita que pelo menos 70% do projeto de Constituição poderá ser votado em bloco, o que faria com que a nova carta ficasse pronta até o final de março. Já o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), do "Centrão", afirma que regimentalmente isso não será possível. "Há não ser que haja uma combinação com todos os partidos", o que acha improvável. Segundo ele, pelo menos por agora, fica na intenção.

Para o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, teoricamente, existe a possibilidade da votação imediata e rápida de cerca de 85% da matéria sob exame pela Constituinte, o que depende da aprovação de todos os líderes partidários, deixando-se as questões polêmicas para o final dos trabalhos.



O presidente da Constituinte tenta acordo de lideranças

Centrão envia para a lei ordinária as questões polêmicas

O projeto constitucional elaborado pelo Centrão, com 11 emendas substitutivas a títulos e capítulos, é privatizante e remete para a lei ordinária vários pontos polêmicos da Constituinte, principalmente no capítulo referente à Ordem Econômica. O grupo preferiu deixar que a lei defina o conceito de empresa nacional, bem como regulamentar os investimentos de capital estrangeiro no País.

O conceito de empresa nacional do texto do relator deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) foi considerado "muito extenso e específico demais" pelo Centrão, quando as entidades de pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle de capital votante, esteja em caráter permanente, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou de entidades de direito público interno.

A intenção privatizante do texto do Centrão pode ser observada em inúmeros artigos do capítulo da Ordem Econômica, quando destaca o controle e a intervenção o que o Estado exerce na atividade econômica, e superestima a importância da iniciativa privada.

O monopólio brasileiro da distribuição de petróleo, constante no texto de Cabral, foi retirado pelo Centrão. O mesmo procedimento o grupo teve com o artigo que trata dos contratos de risco. A lei ordinária também caberá dispor sobre o transporte e a utilização de materiais radiativos no território nacional.

No capítulo relativo à reforma agrária, em seu principal artigo que determina a desapropriação, do imóvel que não esteja cumprindo

do sua função social, o Centrão retirou do texto de Cabral, "em áreas prioritárias, fixadas em decreto do Poder Executivo". Com isso, o grupo dispensa a ingerência do Governo para determinar que áreas devem ou não ser desapropriadas.

Dois novos artigos da reforma agrária contudo, são introduzidos no projeto do Centrão. O que tona insusceptível de desapropriação, as propriedades produtivas em 75% de sua área total e aquele que isenta de impostos federais, estaduais e municipais, as operações de transferência de imóveis desapropriados. A imissão imediata de posse da terra permanece como no texto de Cabral. Caberá à lei complementar estabelecer o rito sumário.

No capítulo dos Direitos Individuais, o direito à propriedade é assegurado, embora ao contrário do texto aprovado pela Sistematização, haja previsão de indenização do imóvel desapropriado paga em dinheiro. Mais uma vez, a lei definirá os meios de financiar o desenvolvimento da propriedade rural de até 25 hectares, que será impenhorável.

Nos Direitos Sociais, o Centrão sustenta a proposta da estabilidade no emprego, "após 12 meses, mediante garantia de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado, nos casos de demissão sem justa causa e, nos casos de força maior, de indenização na forma da lei". O grupo reduziu o pagamento da hora extra para "superior em 50% ao normal" (no Cabral é o dobro da remuneração) e manteve ainda a imprescritibilidade da ação trabalhista até dois anos.

Luta pelas assinaturas

Assinaturas chegam da Europa por via aérea; constituintes são localizados na praia pelos postos de salvamento; delegacias de Polícia servem de intermediárias entre os parlamentares e o QG do Centrão em Brasília. O grupo se esforça e na luta pelas 280 assinaturas que garantem a preferência para as suas propostas na votação em plenário a criatividade tem sido uma constante. Ainda assim, dificilmente o Centrão vai atingir o seu objetivo até amanhã, prazo final para a apresentação das emendas ao

projeto de Constituição.

Quem anunciou ontem a dificuldade de obter a adesão da maioria absoluta da Constituinte para as propostas do Centrão foi o próprio coordenador de mobilização do grupo, deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ).

Se o grupo não conseguir reunir a maioria necessária para impor o seu projeto ao plenário, restará aos seus integrantes correr atrás dos votos em plenário ou incorporar-se aos acordos que estão sendo promovidos pelos demais grupos da Constituinte.

Amaral prevê 156 dias como menor prazo

O deputado Amaral Netto, líder do PDS e um dos coordenadores do Centrão, entregou ontem ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, três propostas para o desenrolar dos trabalhos, a partir do próximo dia 27 de janeiro. As propostas apresentadas não são animadoras e o menor prazo encontrado para a conclusão dos trabalhos, com oito horas diárias, foi de 156 dias; a segunda estabelece 233 dias e a primeira 380.

O deputado esclarece no ofício entregue ao deputado Ulysses Guimarães que no levantamento não computou qualquer tempo para as questões de ordem, obstruções, votações duplas ou falta de quorum. Amaral Netto disse que levou ao presidente da Constituinte o apoio do PDS e de parte do Centrão para que se encontre uma fórmula para agilizar os trabalhos.

Segundo o líder do PDS, o deputado Ulysses Guimarães convocará as lideranças para ver o que poderá ser feito. Para o parlamentar, a votação em blocos, como pretende o deputado Ulysses Guimarães, pode ser uma solução, mas é preciso observar a questão dos destaques, que não podem ser sufocados. O acordo de lideranças é outra proposta que precisa ser analisada, desde que todos concordem, observou Amaral Netto.

Cabral repete tática e foge das pressões

O relator-geral da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, reativou sua equipe de sub-relatores e voltou a abandonar seu gabinete na Câmara dos Deputados para "fugir das pressões" na hora de dar seu parecer às emendas do projeto constitucional e já examinou as 478 emendas individuais apresentadas ao projeto.

Ontem, o relator se reuniu, durante todo o dia, em seu apartamento, com o deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ) e os senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Konder Reis (PDS-SC). Embora as emendas, mesmo que acatadas pelo relator, não sejam mais incluídas no texto constitucional que será votado pelo plenário da Constituinte, pelo plenário serão votadas em bloco, capítulo a capítulo, ressalvados os destaques. Segundo Paulo Affonso, secretário-geral da Mesa, a votação em bloco aumenta consideravelmente a possibilidade das emendas serem aprovadas pelos constituintes. As que receberem parecer contrário também serão votadas em bloco, ressalvados os destaques.

Constituintes tentam acordo sobre pressões

Todas as lideranças partidárias estão de acordo em que a Câmara dos Deputados funcione normalmente, com sessões diárias, a partir desta semana e até o dia 27 deste mês — quando a Constituinte voltará a reunir-se para iniciar a votação do projeto de Constituição — mas não há acordo ainda sobre a pauta de votação.

Ontem, em reunião realizada no gabinete do líder do PMDB, o PT estabeleceu como exigência básica para a organização da pauta a aprovação do seu pedido de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, no Congresso, para investigar os recentes acontecimentos policiais que resultaram na morte de garimpeiros de Serra Pelada. Hoje, as lideranças voltam a reunir-se para tentar organizar a pauta.

Em princípio, caberia a cada partido, proporcionalmente ao número de sua bancada, selecionar determinado número de proposições para incluir na pauta de votações, além dos projetos do Poder Executivo, os quais têm caráter de urgência. Havendo acordo, os derrotados se comprometeriam a não pedir chamada nominal. As votações seriam feitas pelo sistema simbólico.